

# A relação entre bancos e indústrias na conjuntura do encilhamento em Minas Gerais: um estudo do Banco Popular de Minas e da Companhia Industrial São Joannense.

## *The relationship between banks and industries during the time “encilhamento” in minas gerais: a study of the Banco Popular de Minas and the São Joannense Industrial Company.*

Marcus Antônio Croce<sup>a, @</sup>

<sup>a</sup>Doutor em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG e Pós-doutorando em PPGH – UFF sob a supervisão do Prof. Titular Cezar Honorato.  
<sup>@</sup>Contacto: marcuscroce043@gmail.com

### Resumo

O estado de Minas Gerais nos fins do século XIX, em uma conjuntura econômica conhecida como Encilhamento, participou intensamente de um momento de criação de sociedades anônimas tanto no ramo financeiro como no industrial. É interessante observar nesse processo que os bancos faziam o papel de inspirar a inauguração de ramos industriais, principalmente têxteis, através de controle da subscrição e integralização de capitais e divulgação e efetivação de vendas das ações dessas indústrias no centro financeiro do país, a cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa presente mostrou através de fontes primárias, como periódicos e documentos relevantes, a relação que existiu entre o Banco Popular de Minas e a Indústria São Joannense, ambos localizados nesse período na cidade de São João Del-Rei, na região do Campo das Vertentes mineira.

### Palavras-chave

Encilhamento | Indústria Têxtil | Bancos

Códigos JEL

G20 | N16 | N00

### Abstract

The state of Minas Gerais at the end of the 19th century, in an economic situation known as Encilhamento, participated intensely in a moment of creation of corporations both in the financial and industrial sectors. It is interesting to observe in this process that the banks played the role of inspiring the opening of industrial concerns, mainly textiles, through the control of the subscription and payment of capital and the dissemination and execution of sales of the shares of these industries in the financial center of the country, the city of Rio de Janeiro. The present research showed, through primary sources, through consultations with periodicals and relevant documents, how such a relationship existed between Banco Popular de Minas and Indústria São Joannense, both located in the city of São João Del-Rei, in the Campo das Vertentes region of the state.

### Keywords

Encilhamento | Textile Industry | Banks

JEL Codes

G20 | N16 | N00

Artigo recebido em 27/11/2021. Aprovado em 16/01/2022.

## 1. Introdução

Em 1888, no final do período imperial brasileiro, foi implantada uma política econômica expansionista pelo Ministro Visconde de Ouro Preto a fim de arrefecer a questão da abolição da escravatura. Com a queda do Império ocorrida em novembro de 1889, o primeiro governo republicano, conhecido como Governo Provisório, através de seu Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, deu continuidade ao plano econômico elaborado anteriormente, propiciando mais abertura à economia.

Os decretos de janeiro de 1890 efetivados pelo Ministério da Fazenda de Rui Barbosa permitiram maior flexibilidade ao mercado financeiro e mais facilidade para inauguração de sociedades anônimas, aumentando assim a abertura de novos bancos e a esses a autorização para investirem seus capitais em novas companhias de vários setores industriais.

A pesquisa presente então vem com o intuito de mostrar um exemplo muito claro dessa conjuntura no estado de Minas Gerais: a relação entre as sociedades anônimas dos setores financeiro e industrial como no caso do Banco Popular de Minas e a Companhia Industrial São Joannense.

A idealização do empreendimento da Indústria São Joannense ocorreu em fins de 1890, consolidado em fevereiro de 1891 na formação de uma sociedade anônima. Tal idealização se deu através de um banco fundado pela motivação dos decretos de 1890, o Banco Popular de Minas.

O Banco Popular de Minas foi responsável pelo controle dos acionistas e a integralização de seu capital. O banco também foi incorporador da indústria São Joannense, porém teve um fim trágico. Foi envolvido pelas especulações, falta de pagamento das ações subscritas e investimentos em empresas de resultados duvidosos que o levou à liquidação no início do ano de 1897.

De acordo com os dados coletados percebeu-se que o banco era um empreendimento promissor, com acionistas idôneos, mas foi engolido pelo Encilhamento com apenas seis anos de funcionamento.

Por outro lado a indústria São Joannense se solidificou como uma grande referência na produção têxtil do país. O capital rapidamente integralizado, a agilidade na importação de maquinários e a efetivação da produção sob a supervisão de um grande nome da indústria têxtil brasileira, Bernardo Mascarenhas, possibilitou essa empresa a se consolidar no mercado e ao mesmo tempo ser uma prova viva de que Minas Gerais viveu esse contexto na conjuntura do Encilhamento.

A elaboração dessa pesquisa tem como parte inicial então uma explanação de como ocorreu a legislação da conjuntura do Encilhamento no Brasil baseada em fontes secundárias. Em um segundo momento desse estudo foram analisadas fontes primárias sobre a participação de Minas Gerais no que tange à abertura de sociedades anônimas nos campos financeiro e industrial e a história da criação do Banco Popular de Minas e da Cia. São Joannense, baseada no contexto do Encilhamento, ou seja, com um banco responsável pela formação de uma sociedade anônima industrial.

## 2. As políticas econômicas expansionistas na transição do Império para a República: a legislação para o Encilhamento.

Antes da implantação da política econômica expansionista elaborada pelo gabinete liberal do ministro Visconde Ouro Preto em junho de 1889, Maria Bárbara Levy (1994) aponta que o momento se mostrava propício para novos incentivos no Brasil devido ao grande volume de exportação do café, gerando um resultado ótimo de superávit na balança comercial brasileira.

No intuito de calar a bancada republicana devido a sérios riscos que o governo imperial atravessava por causa do confronto entre cafeicultores e governo na questão da abolição, o Império decidiu distribuir crédito subsidiado por intermédio do setor bancário.

O ministro Visconde de Ouro Preto legalizou, através desse decreto, a regulação dos bancos liberando o repasse de Rs.87.500:000\$000 aos bancos que fossem autorizados a operar nessa nova modalidade, sem juros. O sistema bancário por sua vez, repassaria aos agentes agrários o dobro dessa quantia a juros de 6% ao ano. (Decreto do Auxílio à Lavoura, 1889 pp. 08-09-10-11).

Tal medida governamental possibilitou aos bancos comerciais e aos novos que iriam lidar com as questões de auxílio à lavoura duas condições muito favoráveis: a primeira, grande demanda por ações desses bancos emissores no mercado de capitais, gerando um ágio significativo (45%), a outra, contornarem uma situação de créditos que já se encontravam em condições muito difíceis de serem pagos. Muitos cafeicultores se encontravam em dívida com casas Comissárias e essas por sua vez com os bancos comerciais (LEVY, 1994).

Os bancos então com essa entrada de capital repassaram os empréstimos aos fazendeiros, que por sua vez, pagaram às casas comissárias e essas quitaram com os bancos. Os agentes do meio agrícola como pagaram suas dívidas, mas ficaram sem capital para investir no Rio de Janeiro proporcionaram uma crise no setor cafeeiro, dando origem então à “Crise do Vale do Paraíba”. Porém os bancos que receberam os recursos redirecionaram esse capital para investimentos no meio industrial (LEVY, 1994).

Com a queda do Império em novembro de 1889, a República incipiente decidiu manter a política adotada anteriormente, tendo a sua frente o então Ministro da Fazenda Rui Barbosa visando apoio das classes financeiras. Através dos decretos de janeiro de 1890, o Governo Provisório, assim chamado o primeiro governo republicano, abriu uma série de vantagens aos bancos que se propuseram a investir na industrialização.

Dentre tais vantagens estariam pontos cruciais que relacionariam bancos emissores com ramos industriais, como, cessão gratuita de terras devolutas para estabelecimento de colonos e exploração industrial, preferência nas concorrências públicas para construção de estradas de ferro, docas, portos, ferrovias e comunicações fluviais e isenções tributárias para estabelecimentos industriais que fundassem (LEVY, 1994).

Na questão de flexibilidades para maior incentivo à constituição de sociedades anônimas, os decretos de 1890 modificaram a lei de 1882, na qual era obrigatório o prazo de cinco anos a responsabilidade de o acionista integralizar o capital subscrito. As modificações efetivadas por Rui Barbosa passariam a ser quando a assembléia de acionistas aprovasse as contas anuais. John Schulz ressaltou uma observação nesse contexto e que com o decorrer desse estudo se observou o acontecimento desse fato. Schulz escreveu que;

Assim, os novos titulares de ações, bem como os vendedores das mesmas, poderiam ser obrigados a integralizar o capital total subscrito se a empresa entrasse em falência. (...) no caso do City of Glasgow Bank, no Reino Unido que faliu em 1878, os investidores tiveram que pagar o saldo de seu capital subscrito. Na Grã Bretanha essa responsabilidade dos acionistas era considerada uma garantia para os depositantes. No Brasil (...) muitos acionistas se recusaram a aportar recursos quando chamados (...). Enquanto na Inglaterra era possível apreender e leiloar o bem dos acionistas que não cumprissem suas obrigações, no Brasil esses poderiam sair impunes (SCHULZ, 2013 p. 170).

A síntese apresentada acima gerou um momento de ápice na economia brasileira através de seu mercado financeiro que ampliou o número de ramos de produção industrial, compreendido entre 1889 a 1891 e também um declínio logo após março de 1891 que provocou uma crise financeira até 1900.

Autores como Stanley Stein, Albert Fishlow, Wilson Suzigan, Stephen Haber, Versiani & Versiani, Eulália Maria Lobo, John Schulz e Maria Teresa de Oliveira proporcionaram um debate acadêmico muito relevante quanto à participação das políticas da conjuntura do Encilhamento terem contribuído para a evolução da indústria têxtil no Brasil.

Notou-se que Stein, Fishlow, Suzigan, Haber e Lobo defendem uma evolução industrial resultantes dessas políticas enquanto os Versiani, Oliveira e Schulz não acreditam que a conjuntura do Encilhamento contribuiu de forma significativa no processo de alavancagem da indústria têxtil.

Albert Fishlow (1972) coloca que a especulação no mercado financeiro, atraindo vários investidores a inaugurarem bancos de emissão através de sociedades anônimas ampliou esse panorama na extensão de

abertura de ramos comerciais e industriais. Tais capitais permitiram fundos adicionais para as indústrias como capitais integralizados e inversão para a produção.

O autor percebeu também que o aumento no volume de capitais verificado no setor das indústrias têxteis na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro entre 1889 a 1892 é uma prova desses fundos adicionais para a indústria.

A substituição importações, ponto principal na tese de Fishlow, abordou uma questão interessante. Entre os anos de 1889 a 1891 que foi o período positivo do Encilhamento, a desvalorização cambial se apresentava, mas não em declínio total como se deu após julho de 1891 quando a crise já estava instalada.

Nesse contexto então, a facilidade de crédito nos anos iniciais do Encilhamento obtidos através de uma política monetária expansionista permitia um grande aumento no nível de importações de maquinário. Esse aumento de importações continuou em 1892 devido a implantação do “Auxílio à Indústria”, no qual o governo destinou 100 mil contos para o setor têxtil.

De acordo com essa teoria, Fishlow abordou que as importações de capital entre 1890-1894 de bens de capital da Inglaterra cresceu na ordem de 70 %, sendo o nível absoluto em termos reais não foi superado por nenhum outro quinquênio até 1909. Segundo o autor:

(...) das 198 fábricas em operação do ano de 1912, 33 foram fundadas no período de 1890-1894  
(...) Estas 33 firmas excedem, em número, as que sobreviveram da década posterior. Estamos tratando aqui de algo muito mais substancial e duradouro do que uma South Sea Bubble (FISHLOW, 1977 p. 12).

Stanley Stein por sua vez, colocou que as fábricas têxteis que haviam encomendado, instalado e pago a maquinaria importada enquanto o câmbio estava alto sobreviveram no período de crise instalado após março de 1891.

Após o momento de euforia, porém, muitos subscritores de ações deixaram de honrar seus compromissos de pagamento das ações. Em 1892 no Rio de Janeiro devido à retração dos investidores muitas companhias foram liquidadas. Stein mostrou que as indústrias têxteis que não tiveram a oportunidade de pegar a fase de euforia da conjuntura se viam ameaçadas pelo declínio da taxa de câmbio.

A conclusão de Stanley Stein nesse período na história das indústrias têxteis no Brasil mostrou que a despeito da euforia especulativa o segmento têxtil sobreviveu. Fatores como critérios mais liberais para a formação de sociedades anônimas, a política monetária expansionista fez com que o Governo Provisório iniciado em 1889 acelerasse o processo de formação de capital. Ainda segundo Stein, a inflação do papel moeda proporcionou à indústria têxtil um volume de capital líquido.

Stein também teve suas concepções apoiadas por Wilson Suzigan (1986). De acordo com Suzigan, a política monetária expansionista implantada no momento do auge do Encilhamento possibilitou um grande volume de importação de maquinário, além de mostrar também que nesse momento foi instalado o primeiro alto forno industrial no Brasil.

Suzigan então corroborou os pressupostos de Stein no que diz que “algumas das maiores empresas industriais brasileiras de todos os tempos foram fundadas no período do Encilhamento” (SUZIGAN, 1986 p. 109). Ainda de acordo com esse autor, em 1889 a indústria têxtil representava 60 % do setor industrial brasileiro.

Já Eulália Maria Lobo em 1976 percebeu a necessidade de revisão da interpretação tradicional dos efeitos do Encilhamento, ou seja, desmistificar a teoria que o Encilhamento somente está relacionado com especulação e crise financeira.

A autora corrobora a visão de Stein e Fishlow e abordou que a questão da especulação na Bolsa de Valores de alguma forma permitiu que as indústrias têxteis se beneficiassem desse momento, mas apontou que essa questão se deu, ou se limitou, na praça do Rio de Janeiro.

Stephen Haber no ano de 1991 apresentou um estudo que apontou o conjunto de reformas provenientes dos decretos de 17 de janeiro de 1890 foram responsáveis pela evolução da indústria têxtil no Brasil. O

autor mencionado abordou que, os bancos de emissão criados depois da implantação desses decretos, apesar de possuírem uma duração efêmera, proporcionaram em curto prazo a criação de empresas têxteis de longa duração.

Em 1975, um estudo de autoria de Versiani & Versiani contestou os argumentos utilizados por Fishlow e Stein sobre os efeitos benéficos do Encilhamento na indústria têxtil.

A pesquisa dos Versiani mostrou que algumas indústrias têxteis do Rio de Janeiro foram criadas e beneficiadas através da reinversão de lucros e não por emissões de novas ações na Bolsa de Valores. Para esses autores não havia evidência da relação entre fábricas inauguradas nesse período e financiamento de subscrição pública.

De acordo com essa teoria as fábricas estabelecidas no Rio de Janeiro entre 1889 a 1891 e sua relação com a conjuntura do Encilhamento são muito poucas ou nulas, uma vez que, partem do princípio que tal reinversão de lucros se daria por capitais próprios acumulados e reinvestidos nesse segmento.

John Schulz em 1996 fez um grande trabalho sobre a política monetária do Encilhamento focando mais na questão monetária do que na industrial. Ao que se referiu á pauta industrial, Schulz se demonstrou contrário ao pensamento daqueles autores que viram o Encilhamento como mecanismo benéfico para a indústria nacional.

Apesar dos decretos de 17 de janeiro de 1890 permitirem a criação de bancos emissores com flexibilidades na legislação de sociedades anônimas e permitirem também que esses estendessem seus capitais a financiamentos de indústrias e outros ramos de produção, Schulz colocou que os capitais de risco desses novos bancos não fluíram para indústrias e sim para mercados financeiros especulativos ou empresas fictícias.

No estado de Minas Gerais nesse momento, detectou-se a abertura de bancos tanto na política econômica expansionista implantada no império como também no da república. Tais bancos conforme verificados ampliaram seus investimentos no campo industrial. Mas como se deu essa relação no contexto mineiro?

### **3. Os efeitos da política do Encilhamento no setor financeiro e industrial em Minas Gerais.**

Na implantação da política do Encilhamento ainda no período imperial, efetivada através do Auxílio à Lavoura, ficou constatado que, dos 17 bancos credenciados pelo governo a serem agentes de repasse de empréstimo ao setor agrário, três bancos eram do estado de Minas Gerais, sendo eles, o Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais e o Banco Provincial de Minas, sendo que os dois primeiros mencionados tinham sua sede na cidade de Juiz de Fora e o último em Ouro Preto.

**Tabela 1.** Bancos autorizados a operar com o Auxílio à Lavoura em 1889 Bancos Valores

<b>Bancos</b>	<b>Valores</b>
Banco de Crédito Real do Brazil	Rs. 40.000:000\$000
Banco de Crédito Real de São Paulo	Rs. 10.000:000\$000
Banco Predial	Rs. 4.000:000\$000
Banco da Bahia	Rs. 6.000:000\$000
Sociedade e Commercio na Bahia	Rs. 3.000:000\$000
Banco Territorial de Mercantil de Minas	Rs. 3.000:000\$000
Banco Industrial e Mercantil do Rio de Janeiro	Rs. 4.000:000\$000
Banco Agrícola do Brazil	Rs. 20.000:000\$000
Banco do Brazil	Rs. 16.000:000\$000
Banco Commercial e Hypothecario de Campos	Rs.2.000:000\$000
Banco Provincial de Minas	Rs. 4.000:000\$000
Banco Hypothecario e Commercial do Maranhão	Rs. 2.000:000\$000
Sociedade Bancaria Lorenense	Rs. 2.000:000\$000
Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Rs. 4.000:000\$000
Banco da Lavoura e Commercio do Brazil	Rs. 40.000:000\$000
Banco Colonizador e Agrícola	Rs. 10.000:000\$000
Banco Commercial do Pará	Rs. 2.000:000\$000

Fonte: Auxílio à Lavoura – Imprensa Nacional, 1889 pp. 08-09.

Já em um segundo momento dessa conjuntura, quando o governo passa do império para a república e o ministro do novo governo Rui Barbosa lança os decretos de janeiro de 1890, facilitando as condições para constituição de sociedades anônimas e dando vantagens aos bancos de investirem em ramos industriais, surgem mais nove bancos em Minas Gerais, conforme demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 2.** Instituições Financeiras em Minas Gerais no século XIX

Ano	Instituição	Local
1822	João Batista Machado	São João Del-Rei
1838	Caixa Econômica Particular de Ouro Preto	Ouro Preto
1860	Custódio de Almeida Magalhães	São João Del-Rei
1875	Caixa Econômica e Monte Socorro	Ouro Preto
1887	Caixa Econômica de Minas	Ouro Preto
1887	Banco Territorial e Mercantil de Minas	Juiz de Fora
1889	Banco Provincial de Minas Gerais	Ouro Preto
1889	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Juiz de Fora
1889	Banco de Cataguazes	Cataguases
1890	Banco dos Operários de São João Del Rey	São João Del-Rei
1890	Banco Popular de Minas	São João Del-Rei
1891	Banco de Crédito Popular de Minas	Juiz de Fora
1891	Banco de Leopoldina	Leopoldina
1891	S/A Crédito Mineiro	Juiz de Fora
1891	Banco de Ubá	Ubá
1892	Banco União de Minas S/A	Barbacena
1892	Banco Comercial de Minas Gerais	Juiz de Fora

Fonte: BASTOS,1997 p. 328.

Os bancos mineiros que participaram do Auxílio á Lavoura ainda no Império, já demonstravam uma característica mineira na constituição de suas sociedades anônimas: maioria do quadro acionista composta por familiares ou pessoas da mesma região com um alto grau de afinidade.

Os bancos de Juiz de Fora, o Territorial e Mercantil e o Crédito Real tinham em seus quadros de acionistas muitos que possuíam ações nos dois bancos e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais que foi inaugurado em janeiro de 1889, tinha como seus fundadores três fundadores também do Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais, que eram o comerciante Francisco Baptista de Oliveira, o Barão de Santa Helena e o Visconde de Monte Mário (CREDIREAL 101 anos, 1990).

É importante analisar que, o Banco Territorial e Mercantil de Minas, fundado em 1887 já possuía um histórico relevante para ser membro do Auxílio à Lavoura, porém o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, inaugurado em janeiro de 1889, participou desse processo em junho do mesmo ano devido à participação do Visconde de Monte Mário, amigo e com presença constante no gabinete de Visconde de Ouro Preto, último ministro da Fazenda do Império (CREDIREAL, 101 anos, 1990).

A relação entre bancos em Minas Gerais nesse contexto se mostra muito clara quando no balanço da Associação Promotora da Imigração em Minas Gerais no ano de 1889, aparecem como acionistas dessa instituição os três bancos participantes do Auxílio à Lavoura (JORNAL DO COMMERCIO, 07/09/1889).

Quanto aos bancos que foram inaugurados já no período pós república, com a efetivação dos decretos de janeiro de 1890, foi levantado que o Banco de Cataguazes possuía um capital de 1.000:000\$000, e operava também na praça do Rio de Janeiro (Jornal LEOPOLDINENSE, 02 de novembro de 1890).

A incorporação desse banco foi efetivada por João Duarte Ferreira<sup>1</sup>, cafeicultor, comerciante e industrial,

<sup>1</sup>Em 1905 João Duarte Ferreira é um dos principais acionistas e co-fundador da Cia. de Fiação e Tecelagem Cataguazes — e também acionista majoritário da recém fundada Companhia Força e Luz  
Croce, Marcus Antônio

que mobilizou capitais do banco em investimentos de infraestrutura, como a estrada de ferro Cataguases-Miraí, além de apoiar o investimento em saneamento público (SEXTO, 2001).

A cidade de Juiz de Fora se destacou no quadro econômico desse período, uma vez que a cidade já contava com a primeira hidrelétrica do país abastecendo a energia das indústrias têxteis locais, contava com uma rede bancária que atendia a questão de crédito e com uma rede comercial eficiente.

A conjuntura do Encilhamento proporcionou um grande aumento na constituição de sociedades anônimas nessa cidade e notou-se que os bancos locais se relacionavam diretamente com elas. De acordo com a tabela abaixo detectou-se tal fato:

**Tabela 3.** Formação de Sociedades Anônimas em Juiz de Fora - 1854/1932 (Períodos selecionados)

Período	Número de Companhias	Capital Nominal
1854-1884	07	7.580:000\$
1887-1899	18	10.450:000\$
1907-1912	06	1.220:000\$
1913-1917	05	1.928:000\$
1919-1929	23	17.510:000\$
1930-1933	05	4.300:000\$
TOTAL	64	42.988:000\$

Fonte: CROCE, 2013 p. 176.

E como foram mencionadas anteriormente algumas indústrias com dados disponíveis mostraram que seu quadro de acionistas era formado por investidores locais.

**Tabela 4.** Origem dos Acionistas das Companhias Chimico Industrial Mineira, Mechanica Mineira e Industrial de Juiz de Fora

Companhia	Número de Acionistas	Origem local	%	n.d	%
Companhia Chimico Industrial Mineira	82	54	65,85	28	34,14
Companhia Mechanica Mineira	50	41	82,00	09	18,00
Companhia Industrial de Juiz de Fora	39	29	74,35	10	25,64

Fontes: para a Companhia Chimico Industrial Mineira – Jornal Minas Livre de 06/09/1891, para a Companhia Mechanica Mineira – Jornal O Pharol de 06/09/1892 e para a Companhia industrial de Juiz de Fora – O Pharol de 18/01/1892

A Cia. Constructora Mineira foi também uma empresa de destaque nesse período. Constituída em 1890 com um capital de 500 contos apresentou entre seus maiores acionistas nomes como João Ribeiro Mendes, possuidor de 120 ações dessa companhia sendo, ao mesmo tempo, acionista e colaborador dos bancos Crédito Real de Minas Gerais e do Banco Territorial de Minas (JORNAL O PHAROL, 13/09/1890).

Constata-se também o nome de João Ribeiro de Oliveira e Souza, gerente do Crédito Real de Minas Gerais, com um montante de 135 ações; o Barão de Santa Helena, fundador e acionista também aos bancos Territorial e Crédito Real, com 105 ações; Gustavo Penna, com um grande número de ações (200), sendo este diretor do Banco de Crédito Popular de Minas (JORNAL O PHAROL, 13/09/1890).

O Banco Territorial e Mercantil de Minas aparece na constituição da Cia. Constructora Mineira como acionista e exercendo também papel de membro do Conselho Fiscal da empresa. O número de ações



pertencentes aos agentes financeiros acima citados perfaz um total de aproximadamente 26,5 % do quadro acionário da empresa, uma vez que a companhia emitiu 2.500 ações. Certamente, mais de 1/4 das ações dessa companhia pertenciam a investidores ligados também ao mercado financeiro (JORNAL O PHAROL, 13/09/1890).

A Cia. Nacional de Tecidos de Juta apresentou também uma forte ligação entre o setor industrial e financeiro. Tal companhia industrial originou-se da "transformação" de uma companhia financeira, a Sociedade Anônima Escritório Comercial Crédito Mineiro.

A Sociedade Anônima Escritório Comercial Crédito Mineiro é exemplo da forma como o mercado de capitais local buscou expandir suas fronteiras, captando recursos externos. Apesar de essa companhia ter sido registrada na Junta Comercial do Rio de Janeiro e sua sede se localizar na praça fluminense, dos 14 acionistas pertencentes a seu quadro, 12 eram de Juiz de Fora e todos ligados ao setor financeiro.

Em uma reunião realizada em Juiz de Fora, na sede do Crédito Real de Minas Gerais, optou-se pela mudança setorial da sociedade de financeira para industrial, transferindo-se a sede para a cidade mineira, nascendo ali, a Cia. Nacional de Tecidos de Juta (CROCE, 2013).

Na Chimico Industrial e na Mechânica Mineira e Industrial de Juiz de Fora, constatou-se a presença de financiamentos por parte de bancos locais. A Cia. Chimico Industrial Mineira, através de seus balancetes publicados nos jornais locais, tinha com o Banco de Crédito Real de Minas Gerais<sup>2</sup>.

Já a Cia. Mechanica Mineira, além de realizar operações de crédito com capitalistas locais e bancos fora da região<sup>3</sup>, realizou operações também no mercado financeiro de Juiz de Fora. Tal companhia possuía conta corrente em dois bancos locais, o Territorial e o Crédito Real de Minas Gerais. Um relatório publicado em um jornal, no ano de 1893, mostrou a presença de um débito com o Crédito Real de Minas Gerais na ordem de 24:596\$680<sup>4</sup>.

A análise obtida no contexto acima mostrou que o setor financeiro local exerceu um papel relevante para os empreendimentos industriais em Juiz de Fora, sendo que todas as empresas industriais, constituídas sob a forma de sociedades anônimas inauguradas no período do Encilhamento, mantiveram alguma relação direta com os bancos regionais.

São João Del-Rei, cidade localizada no Campo das Vertentes mineira também participou desse processo, relacionando o setor financeiro e industrial. Em 1890 dois bancos foram inaugurados no município, o Banco dos Operários de São João Del Rey e o Banco Popular de Minas.

De acordo com periódicos, como a Pátria Mineira, jornal da cidade, o Banco dos Operários foi um estabelecimento mais voltado para crédito da classe operária, e pelo que se constatou não efetivou entrada de capitais em ramos industriais (A PÁTRIA MINEIRA, 12/02/1891).

Já o Banco Popular de Minas, objeto da pesquisa presente, foi um empreendimento voltado para inserção de capital em ramos industriais e de infraestrutura, como construção de estradas de ferro, comunicações fluviais e estabelecimentos industriais.

A consulta em jornais compreendendo os anos de 1890 a 1899, principalmente o Jornal do Commercio, com sede no Rio de Janeiro nesse período, possibilitou acompanhar a trajetória dessa instituição e sua relação direta com a indústria têxtil São Joannense, conforme demonstrada no tópico seguinte.

<sup>2</sup> Em um balancete publicado no jornal O Pharol de 20/07/1893, existe a presença no campo de ativos da empresa, no Banco de Crédito Real de Minas Gerais, no valor de 12:703\$340. No mesmo jornal, datado de 13/09/1894, constata-se, no passivo da empresa, débito de 22:025\$360 com o Banco de Crédito Real de Minas Gerais. No Jornal do Comércio de 27/02/1897, há no ativo do balanço de dezembro de 1896 114:839\$392, existentes em sua conta corrente no Banco de Crédito Real de Minas Gerais

<sup>3</sup> Quanto a empréstimos contraídos com capitalistas locais, é publicado em um relatório da empresa, no Jornal O Pharol de 09/09/1892, o empréstimo que a companhia efetivou com a Baronesa de Juiz de Fora, grande capitalista local, no valor de 50:000\$000, a ser pago ao longo de cinco anos, a juros de 8 % ao ano. Aparecem também, no mesmo jornal datado em 10/10/1894, operações de crédito efetuadas no Banco da República, situado no Rio de Janeiro

<sup>4</sup> Jornal O Pharol, 20/10/1893.

#### 4. O Banco Popular de Minas e a origem da Companhia Industrial São Joannense.

A Companhia Industrial São Joannense foi constituída em fevereiro de 1891, quando o Encilhamento ainda vivia um momento de euforia, se relacionou com um banco, o Banco Popular de Minas, criado em um período bem contemporâneo com a indústria, sendo que, a diretoria e os incorporadores desse banco possuíam laços estreitos com a São Joannense.

É muito interessante observar que o Banco Popular de Minas foi fundado em 1890 e a Companhia Industrial São Joannense em 1891, sendo que o banco foi liquidado em 1897 e a indústria exerce sua produção até os dias atuais. É um exemplo claro de que a conjuntura do Encilhamento proporcionou um número maior de liquidações em instituições financeiras em comparação com as indústrias têxteis, ou seja, a indústria operava com a produção e os bancos estavam se arriscando em operações ao mesmo tempo sólidas como também com alto grau de especulação, ou capital fictício.

Torna-se então fundamental entender por que haveria de existir uma relação entre indústrias incipientes constituídas como sociedades anônimas com bancos. Tais relações e suas intenções se mostram claras quando Bernardo Mascarenhas, em uma reunião da Assembléia Geral dos Acionistas da Companhia Têxtil Cedro e Cachoeira, na tentativa de aumentar seu capital no período do Encilhamento disse que:

(...) que a Cia estabeleça relações com um Banco no Rio de Janeiro, onde se faça pagamento de dividendos a fim de tornarem-se conhecidas as suas ações e, conseguido isto, que no mesmo Banco se estabeleça uma agência de transferências (ASSEMBLÉIA GERAL DOS ACIONISTAS, 20 de outubro de 1890 *In*: VAZ, 1990 p. 270).

Fica claro então que, a intenção da relação entre banco e indústria têxtil é que, sendo a indústria têxtil uma empresa de capital aberto, cabe ao banco a função de captar e administrar o capital dessas ações, atraindo subscrições e controlando o fluxo de integralizações.

Nota-se que a colocação que Mascarenhas põe em seu relato, do banco ter que se localizar no Rio de Janeiro, se deve por essa localidade ser o centro financeiro do país nesse período, ou seja, com maiores condições de captar mais recursos de investidores para as indústrias através de ações.

A Companhia Industrial São Joannense foi uma indústria que captou uma característica peculiar do Encilhamento. A indústria foi idealizada nos salões do Banco Popular de Minas, que foi fundado e tinha sua sede na cidade de São João del-Rei e também possuía uma filial na cidade do Rio de Janeiro para captar mais integralização do capital junto às ações subscritas. Conforme publicou o jornal “A Pátria Mineira em 1891:

No dia 5 deste mez realisou-se em um dos salões do Banco Popular de Minas a instalação da Companhia Industrial São-joannense, constituída para o fim de estabelecer nesta cidade uma fábrica de tecidos. A reunião foi presidida pelo Dr. Alberto Isaacson, que convidou para secretários os accionistas Francisco de S. Thiago e Dr. Paulo Freitas de Sá, Antonio Moreira da Costa Rodrigues e Antonio Xavier de Almeida. A directoria ficou composta dos Drs. Antonio Moreira da Costa Rodrigues, accionista-incorporador, Antonio Xavier de Almeida, e commerciante Marçal de Oliveira. Este facto, alem de outros, demonstra que o espírito de iniciativa e de empresas começa a desenvolver-se em nossa cidade e permite-nos alimentar esperanças do vigoroso impulso que vai ter a vida local. Os cavalheiros que se collocaram à frente deste commetimento, são dignos dos maiores elogios e não só pelo seu reconhecido patriotismo, como pela elevação e sisudez do character, inspiram inteira confiança quanto aos bons resultados da nova empresa. Publicamos neste número os estatutos da Companhia. (*Jornal A Pátria Mineira*, 12/02/1891).

A relação entre o Banco Popular de Minas e a Companhia Industrial São Joannense é notória uma vez

que tal banco que iniciou suas operações financeiras em 12 de dezembro de 1890 e dois meses depois então idealizou o empreendimento da fábrica têxtil.

O Banco Popular de Minas em 30 de outubro de 1890 já se encontrava com as ações todas subscritas, conseguiu a autorização do Banco do Brasil para iniciar suas operações em 28 de novembro de 1890 (JORNAL DO COMMERCIO, 1890).

A Diretoria do Banco Popular era composta pelos primeiros acionistas da São Joannense que eram José da Costa Rodrigues, Marçal de Oliveira e Souza e Antônio Gonçalves Pinto de Rezende. Os incorporadores desse banco eram Antônio Moreira da Costa Rodrigues, Marçal de Oliveira e Souza e João Ribeiro de Oliveira e Souza<sup>5</sup>, sendo que somente o último não era acionista da São Joannense. (JORNAL DO COMMERCIO, 1890).

Em uma ata de reunião do Banco Popular de Minas publicada no Jornal do Commercio em 30 de março de 1891 e de acordo com a tabela de acionistas da Companhia Industrial São Joannense abaixo apresentada, notou-se que de 25 acionistas presentes nessa reunião 11 eram acionistas da São Joannense, e em uma publicação do mesmo jornal em 01 de agosto de 1892, traz a notícia que o acionista da São Joannense, Barão da Conceição da Barra, era nesse período o presidente do Banco.

---

<sup>5</sup> João Ribeiro de Oliveira e Souza, apesar de não ser acionista da Indústria São Joannense e somente incorporador, era acionista do Banco Popular de Minas, diretor-gerente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais que deu suporte para abertura desse banco e aparece no quadro de acionistas da Cia. Construtora Mineira, sociedade anônima de Juiz de Fora – MG, como um dos maiores acionistas ao lado de Marçal de Oliveira e Souza, também incorporador e acionista do Banco Popular de Minas e um dos maiores acionistas da Indústria São Joannense. (CROCE, 2008 p. 157)

**Tabela 4.** Primeiros Acionistas da Companhia Industrial São Joannense

Acionista	Profissão/Atividade	Acionista	Profissão/Atividade
Antônio Xavier de Almeida	Capitalista, médico e ramo de mineração	Alberto Augusto Isaacson por Castro, Rocha & Cia.	Advogado
Antônio Moreira da Costa Rodrigues	Capitalista, médico e ramo de mineração	Sebastião Rodrigues Sette Câmara	Negociante
Marçal de Oliveira e Souza	Negociante e capitalista	Paulo Freitas de Sá	Engenheiro
Afonso Pimentel	Negociante e capitalista	Flávio José da Silva	Comerciante
Custódio Luiz Guilherme Gaede	Capitalista, comerciante e ramo de mineração	José da Costa Rodrigues (Pelo Banco Popular de MG)	n.d
João José Lopes	Negociante	João José de Souza	Negociante
Francisco Joaquim Alves de S. Thiago	Comerciante	Daniel Antônio de Paiva	Negociante
Vicente de Paulo Teixeira	n.d	José Lopes Bahia	Negociante
Augusto Frederico Muller	Negociante	José Pedro de Andrade Reis	Fazendeiro e capitalista
Herculano José da Rocha Maia	Capitalista, comerciante e ramo de mineração	Joaquim Augusto Pinto P. Guadalupe	Político
José da Costa Rodrigues	Comerciante	Antônio Fortunato de Araújo Costa	n.d
José Moreira Bastos	Médico	Maria José Guimarães	n.d
Eduardo José da Cunha	Negociante	Mathilde Carolina Gaede	n.d
Carlos José da Cunha	n.d	Custódio de Almeida Magalhães	Negociante e capitalista
Antônio dos Reis Silva	Tenente-coronel do exército	Padre João Baptista do Sacramento	Pároco e professor
José Antônio de Azevedo	Comerciante	Maria Thereza Baptista Machado	n.d
M. Ancelmo & Companhia	Comerciante	Vicente Cantelmo	Comerciante
Antônio Ignácio da Silva Souto	Comerciante	Antônio Galdino dos Passos Macedo	n.d
Gustavo Campos	Comerciante	Manoel Rodrigues Trindade & Companhia	Negociante
Bernardo Luiz Gaede	Comerciante	Berlarmina Cândida Lopes	n.d
Cesário José de Almeida	Comerciante	Martiniano das Chagas Viegas	n.d
João Jacob Sewaibriker	Major do exército	Barão de Conceição da Barra (José Carvalho de Resende)	Fazendeiro
João Carlos Ferreira Ferraz	Comerciante e capitalista	Isabel de Lacerda Rodrigues	n.d
Antônio Alvares de Magalhães	n.d	Francisco de Carvalho de Resende	Fazendeiro
Júlio de Cezar de Queiroz Magalhães	Engenheiro	Anselmo Christino Fioravante	Farmacêutico
Constança Xavier das Chagas Viegas	n.d	José Theodoro de Faria	n.d
Padre João Baptista de Castro	Pároco e professor	Barão de Ponte Nova (José J. de Andrade Pinto)	Fazendeiro
José sé Juvêncio Neves	Comerciante	Joaquim Carvalho de Rezende	Político
José Pereira da Silva	Industrial	Baroneza de Ponte Nova	n.d
João Rodrigues de Mello	Negociante	Maria Porcina Filha & Irmã	n.d
Antônio Gomes Pedroso	Comerciante	Visconde de Ibituruna (João Batista dos Santos) <sup>6</sup>	Médico, político e músico
João José Pinheiro	Funcionário público	José Christiano Caldas	Farmacêutico
Antônio de Medeiros Simas	Comerciante		

Fonte: Adaptado do Jornal **O Estado de Minas Gerais**, 25 de fevereiro de 1891.

A lista dos primeiros acionistas acima também mostrou a origem do capital dessa indústria, e, nota-se que a formação desse capital foi proveniente de comércio, profissões liberais e do setor agrário.

As duas empresas parceiras, o banco e a indústria, registraram uma característica marcante da conjuntura do Encilhamento, a primeira teve uma duração efêmera, sendo fundada em 1890 e liquidada no início de 1897, a segunda exerce suas atividades até os dias atuais com 130 anos de sobrevivência.

O Banco Popular de Minas, mesmo sendo constituído em um momento de euforia financeira do país não conseguiu integralizar todo o seu capital e em um momento de muitos negócios especulativos na praça do

<sup>6</sup> O Visconde de Ibituruna foi o último presidente da Província de Minas Gerais.

Rio de Janeiro onde esse banco tinha uma agência, além de outros mal estruturados tanto em Minas Gerais como na capital fluminense, o Banco não resistiu à perdas de capital significativas.

Os jornais do período como o *Jornal do Commercio* e o jornal *A Gazeta de Notícias* ambos do Rio de Janeiro trazem notícias que espelham o contexto da fase negra do Banco Popular de Minas.

No ano de 1895 publicaram-se ações judiciais que o Banco Popular movia contra empresas sediadas no Rio de Janeiro e em São Paulo como a Companhia Manufactora de Louças, a Companhia Saboiana Paulistana e dentre outras. No mesmo ano uma relação de 34 acionistas com valores significativos de ações subscritas e não integralizadas que o Banco entrava na justiça para receber, conforme descrito abaixo:

**Tabela 5.** Relação dos acionistas com ações subscritas chamados para integralização de capital

<i>Acionista inadimplente</i>	<i>Valor devido</i>	<i>Acionista inadimplente</i>	<i>Valor devido</i>
Alberto Clementino	200\$000	João Baptista de Oliveira	1.000\$000
Antônio Carlos de Castro Madeira	20\$000	João Francisco Tristão	400\$000
Comendador Antônio Furtado Campos	400\$000	João Justiniano das Chagas	20\$000
Antônio Gomes Vieira de Castro	1.200\$000	João Ribeiro de Oliveira e Souza	2.800\$000
Dr. Artur Ribeiro de Oliveira	100\$000	Joaquim José Vieira	300\$000
Barão de Santa Helena	1.000\$000	Joaquim Justiniano das Chagas	20\$000
Dr. Carlos Augusto Moreira Mourão	200\$000	Joaquim Ribeiro de Oliveira	2.100\$000
Carlos Justiniano das Chagas Andrade	20\$000	José de Barros Ferreira	1.800\$000
Cincinato de Pádua	400\$000	José Justiniano das Chagas	20\$000
Custódio L. G. Gaede	60\$000	Josino Gonçalves de Assis	100\$000
Ernesto Augusto de Faria	100\$000	Maria Constança J. das Chagas	60\$000
Escritório Comercial Crédito Mineiro	2.000\$000	Nuno Barbosa	1.200\$000
Francisco das Chagas Campos	100\$000	Raul (órfão)	20\$000
Francisco Domingos Gontijo	3.000\$000	Rodolfo de Freitas Mourão	1.200\$000
Francisco Eugênio de Rezende	400\$000	Sebastião Rodrigues S. Camara	40\$000
Francisco José Carneiro	400\$000	Serafim Justiniano das Chagas	20\$000
Francisco Simões	200\$000	Vicente de Paula Teixeira	2.200\$000

Fonte: *Jornal do Commercio* 30/04/1895.

Conforme descreveu John Schulz, a legislação brasileira apoiada nos decretos de janeiro de 1890 permitia essa prática por parte dos acionistas que tinham ações subscritas e não corriam riscos de serem penalizados por isso, bem diferentes da Inglaterra que tais devedores tinham seus bens penhorados (SCHULZ, 2013, p. 170).

Observa-se que um fato relevante ocorreu nessa chamada de capital de acionistas com ações subscritas inadimplentes. Figura entre os devedores com um valor mais avultado nomes como: Barão de Santa Helena, Escritório Comercial Crédito Mineiro, João Baptista de Oliveira e João Ribeiro de Oliveira e Souza.

O Barão de Santa Helena como já foi mencionado era diretor e fundador dos bancos Territorial e Mercantil de Minas e Crédito Real de Minas Gerais, assim como Francisco Baptista de Oliveira. João Ribeiro de Oliveira e Souza foi o fundador também do Crédito Real de Minas Gerais e incorporador do Banco Popular de Minas e o Escritório Comercial Crédito Mineiro tinha sua diretoria composta por Francisco Baptista de Oliveira e Bernardo Mascarenhas, Mascarenhas por sua vez assinou um contrato de compra de maquinários, treinamento de pessoal e até arquitetura da Indústria São Joannense.

No balanço do Banco Popular de Minas, publicado em 30/06/1894 no *Jornal do Commercio*, apareceu no passivo da instituição uma conta de “Correspondência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais” no valor de 287:042\$700, ou seja, um valor de grande expressão.

Surge uma hipótese então que, como o banco passava uma situação de crise, devido à incorporações mal sucedidas, que tal dívida com o Banco de Crédito Real de Minas Gerais possa ser então uma pendência entre os acionistas mencionados acima e o Banco Popular de Minas. Em uma edição comemorativa dos 101 anos do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, encontra-se um relato de João Ribeiro de Oliveira e Souza dizendo:

Dos Bancos fundados n'aquella epocha contam-se por mais de meia duzia que saíram ilesos da voragem da crise. Minas não podia escapar à formidavel catastrophe, onde repercutia sinsintramente. O Banco Territorial de Minas, fundado sobre os melhores auspícios, atirou-se à voragem da especulação e teve de baquear com elle, quasi todos os Bancos de Minas, cerca de uma duzia, entre os quais o Banco de Credito Popular de Minas (Juiz de Fóra), Banco de Cataguazes, Banco de Leopoldina, Banco de Minas Geraes (Ouro Preto), Banco Popular de Minas (S. João d'El-Rey), Banco de Ubá e Rio Branco, Credito Mineiro (Juiz de Fora) (CREDIREAL 101 anos, 1990 p. 06).

A crise comentada por João Ribeiro de Oliveira e Souza<sup>7</sup> atingiu todos os bancos fundados na conjuntura do Encilhamento em Minas Gerais, tanto no período imperial como no republicano, apenas o Banco de Crédito Real de Minas Gerais escapou dessa enorme liquidação de bancos.

È importante ressaltar que o Banco de Crédito Real de Minas Gerais e sua gestão eficiente também marcou seu nome na história, pois na Crise Bancária de 1900, onde todos os bancos nacionais sucumbiram, somente ele e o Banco do Comércio do Rio de Janeiro no Rio de Janeiro continuaram suas atividades (CROCE, 2013).

Aprofundando mais no comentário de João Ribeiro notou-se que em Minas Gerais os bancos fundados na conjuntura do Encilhamento possuíam também um laço entre si, participando do quadro acionário um do outro e investindo em ramos industriais envolvendo às vezes não só o banco, mas membros da diretoria dos mesmos.

O Banco de Minas Geraes, localizado em Ouro Preto, conforme descreveu João Ribeiro se trata do Banco Provincial de Minas que foi fundado em 27 de maio de 1889 e entrou também como banco participante do Auxílio à Lavoura no regime imperial em 05 de março de 1890 passou a ser o Banco de Minas Geraes.

Em propagandas expostas no *Jornal A Pátria Mineira* de São João Del Rei nos anos de 1890 e 1891 encontram-se diversas incorporações desse banco e do Banco Popular de Minas, sendo que uma delas como consta no balanço do banco Popular de Minas publicado em 10/06/1896 referente à 30/06/1894 no *Jornal do Commercio* referente a incorporação da Estrada de Ferro Oeste de Minas, trouxe um enorme prejuízo para ambas as instituições.

Outro fator detectado que trouxe um grande prejuízo ao Banco Popular de Minas foi que o Banco Territorial de Minas era um de seus maiores acionistas e com a falência do Territorial em 1892, grande parte dessas ações permaneceram subscritas (BASTOS, 1997).

Em sete de abril de 1896 observou-se um processo contra o Banco Popular de Minas no qual a Viação Férrea e Fluvial de Tocantins e Araguaya cobrava o valor de Rs. 400\$000 referente a 80 ações subscritas pelo banco e não integralizadas (JORNAL DO COMMERCIO, 1896).

Com dois anos de atraso o Banco Popular de Minas divulga em 10 de junho de 1896 o Balanço referente ao ano de 1894, no qual se detectou que, no campo de “Demonstração da Conta de Lucros e Perdas” do primeiro semestre de 1894 constava um prejuízo considerável.

<sup>7</sup> João Ribeiro de Oliveira e Souza com sua gestão a frente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e conseguindo superar a crise do Encilhamento e a Crise Bancária de 1900 foi convidado em 1903 a reestruturar a rede bancária em Minas Gerais no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais em 1903, a pedido do então Presidente do estado de Minas Gerais Francisco Sales que nomeou como organizador do evento João Pinheiro. João Pinheiro mostrou grande poder de articulação política norteando as pautas do encontro, reunindo os diversos setores produtivos de Minas Gerais, em nome do “progresso” e sob o lema da “união na diversidade”. João Ribeiro assumiu a presidência do Banco do Brasil e foi ministro da Fazenda do governo Delfim Moreira, tendo sido considerada de acordo com o histórico do Ministério da Fazenda uma das gestões mais competentes da história. Recusou também o convite de Getúlio Vargas para ser seu ministro da Fazenda e encerrou suas atividades a frente do banco que inaugurou, o Banco Mercantil do Rio de Janeiro.

O maior deles foi percebido na venda de ações da Estrada de Ferro Oeste de Minas, na ordem de Rs. 9.712\$500, sendo que o prejuízo total do banco explanado foi na ordem de Rs. 18:617\$847, ou seja, a operação envolvendo tal estrada de ferro representou um volume na ordem de 50 % desse resultado.

Em 10 de julho de 1896 é publicada a Ata da Assembléia de Reunião do Banco Popular de Minas, na qual as pautas foram: o pedido de demissão do então diretor Antônio Francisco da Rocha e a proposta de uma nova Assembléia para deliberar sobre a liquidação amigável do banco.

Através do Jornal do Commercio foram publicadas três datas para tal Assembléia, as datas de 25 de julho de 1896, 30 de janeiro de 1897 e 19 de fevereiro de 1897, nas quais não houve um número de quórum. Na convocação posterior, marcada para o dia 24 de abril de 1897, apresentava os seguintes dizeres: “Tema: Liquidação do banco que por lei compete à Assembléia geral. Aviso: como se tratou da 3<sup>o</sup> convocação a liquidação do banco será deliberada por qualquer número de acionistas presentes.” (JORNAL DO COMMERCIO, 03 de abril de 1897).

Então nessa data mais um banco foi engolido e liquidado pelo Encilhamento e as negociações bancárias que envolviam a Companhia Industrial São Joannense que eram gerenciadas por essa instituição passou a ser efetivada pela Casa Bancária Almeida Magalhães, com sede na cidade de São João del-Rei e pertencente também a um dos acionistas dessa indústria.

A Companhia Industrial São Joannense se manteve na conjuntura do Encilhamento e dando continuidade à sua produtividade devido a uma constelação de fatores.

Dentre eles estão a rápida integralização de seu capital (200 contos)<sup>8</sup>, a rapidez que foi constituída como sociedade anônima e inaugurou suas atividades com um maquinário importado, bem instalado e supervisionado e a facilidade de escoamento de produção efetivada via férrea, além de possuir sede própria em um local privilegiado, a dois quilômetros do centro de São João del -Rei.

Tal local que foi construído o edifício da São Joannense assim descreveu José Carlos Dias:

O local não ficava muito distante do centro da cidade, porém o suficiente para possibilitar uma acomodação perfeita. Amplo espaço para futuras expansões e com a Estrada de Ferro Oeste de Minas em pleno funcionamento a produção podia ser levada aos centros consumidores com facilidade. No pátio da fábrica foi criado um desvio que era utilizado para chegar ao seu interior a matéria-prima e lenha para alimentar a caldeira. A água utilizada (...) era captada e corria por um canal construído por tijolos, com tal abundância, que a sobra servia ao curtume (DIAS, 2000 p. 18).

A citação acima já aponta as facilidades de escoamento de produção através da via férrea além de desvio do percurso para atender o interior da própria fábrica. É interessante também observar que, diferente da maioria das indústrias têxteis de Minas nesse período a captação de água era efetivada via canal e não com quedas d'águas naturais de zonas rurais.

Voltando à questão da estrada de ferro, a “Oeste de Minas”, é interessante observar que era uma estrada já em plena atividade como mencionou Dias, e foi uma sociedade anônima proveniente de recursos de São João del-Rei como aponta a citação abaixo:

(...) foi a cidade de São João del Rei, que era a sede da região conhecida como a comarca do Rio das Mortes, onde surgiu a Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas. A “Oeste”, como ficou conhecida a Estrada de Ferro Oeste de Minas, foi a primeira ferrovia genuinamente mineira, pois as outras duas que aqui já existiam (Estrada de Ferro Central do Brasil e Estrada de Ferro Leopoldina) surgiram no Rio de Janeiro (MAIA, 2002). Já a Oeste, teve seu capital formado na praça da cidade de São João del Rei, importante centro comercial mineiro no século XIX, mas que não possuía economia voltada para o café (SANTOS, 2009). (SAES; COSENTINO; SILVA; GAMBI. 2010, p. 06).

<sup>8</sup> Conforme consulta ao Livro Diário de Caixa da Indústria Sãojoanense, de São João Del Rey, realizada em junho de 2021, ficou constatado que seu capital inicial era de 200:000\$ e só foi elevado para 300:000\$ no ano de 1908.

Conforme também apontou Campos (2015), a iniciativa da sociedade anônima gerou uma mobilização popular que se mostrou na compra de ações tamanha era a expectativa para esse empreendimento e os benefícios que a estrada férrea iria proporcionar ao local.

Agora o que caracteriza particularmente este cometimento é a acentuada feição popular que ele tomou. Não foram só grandes capitalistas que a ele vieram trazer auxílio dos seus capitais. Bem ao contrário. Os pequenos, os menos favorecidos da fortuna, concorrerão em grande número a trazer á comum empresa o pecúlio das suas economias. Uma grande maioria de acionista não possui mais de 5 ações cada um e há muitos que subscreveram uma só, ou porque a mais não chegavam seus recursos, ou porque para outros fins precisavam de seus modestos haveres. [...] Outros tomarão daqui lição, e ficarão sabendo que os pequenos capitais reunidos e bem dirigidos podem obter grandes conquistas no comércio, na indústria, na vida pública (CAMPOS, 2015 p. 126).

Quanto à integralização do capital da São Joannense, foi publicado em um periódico o primeiro Estatuto da Companhia que foi elaborado e exposto pela empresa no dia 6 de fevereiro de 1891, explicitando:

Art. 5º - O capital da companhia é de 200:000\$000 dividido em mil ações de duzentos mil réis cada uma. Este capital poderá ser aumentado quando julgar conveniente a assembleia geral, sob proposta da diretoria.

Art. 6º - O capital será realizado em prestações nunca excedentes a 10 %, com intervalo de trinta dias, excetuando-se a primeira que será de 30 %.

Parágrafo 1º - Os acionistas que não realizarem as entradas, ficarão sujeitos às penas do artigo 4º do decreto de 13 de outubro de 1890, salvo força maior, a juízo da diretoria da companhia, recebendo esta, porém, o juro da mora à razão de 12 % ao ano.

Seguem-se outros capítulos mais, e as consecutivas assinaturas dos diretores:

Dr. Antônio Moreira da Costa Rodrigues, médico, residente em São João del Rei

Dr. Antônio Xavier d'Almeida, médico, residente em São João del Rei

Marçal de Oliveira e Souza, negociante, residente em São João del Rei

As parcelas de entradas foram consolidadas em 1.000 ações para atingir o valor de 200.000\$000:

1º Entrada de 30 % ou 60\$ por ação paga até o dia 15/01/1891

2º Entrada de 10 % ou 20\$ por ação paga até o dia 15/03/1891

3º Entrada de 10 % ou 20\$ por ação paga até o dia 15/06/1891

4º Entrada de 10 % ou 20\$ por ação paga até o dia 20/11/1891

5º Entrada de 10 % ou 20\$ por ação paga até o dia 20/04/1892

6º Entrada de 10 % ou 20\$ por ação paga até o dia 15/06/1892

7º Entrada de 10 % ou 20\$ por ação paga até o dia 20/03/1892

(Jornal O ESTADO DE MINAS GERAIS, 25/02/1891).

De acordo com a verificação de seu quadro acionário, a relação dos acionistas da Companhia Industrial São Joannense era composto em sua maioria por agentes com relações de parentesco e amizade, sendo que habitantes de uma mesma região.

Nota-se que a integralização desse capital exposto no Estatuto da empresa se integralizou rapidamente devido ao curto prazo da constituição de sua sociedade anônima e a inauguração das atividades. No dia



03 de janeiro de 1891 as ações da São Joannense já se encontravam subscritas na sua totalidade (Jornal O BRASIL, 1891).

No dia 5 de fevereiro de 1891, a Companhia foi oficialmente fundada e no dia 26 de fevereiro de 1892 a fábrica já iniciava suas operações com praticamente um ano de intervalo entre constituição e inauguração (Jornal O PHAROL, 1892).

Tal fato não ocorreu com a Indústria Têxtil Santanense, contemporânea da São Joannense. A constituição da sociedade anônima da Indústria Têxtil Santanense aconteceu em 1891 e a inauguração de suas atividades em 1895, ou seja, quatro anos depois (MELLO, 1991).

É interessante observar que segundo a autora Maria Teresa de Oliveira (1996 p. 72): “Nas Minas Gerais do século XIX, o período entre a decisão de construir uma fábrica e o início de operação da mesma variava de dois a cinco anos”. A São Joannense então foi uma empresa que superou essa expectativa.

Quanto ao maquinário importado adquirido pela Companhia Industrial São Joannense, percebe-se que já tinha sido encomendado em um período de alta cambial, favorecendo um pagamento em melhores condições, e também com incentivo governamental como isenção de impostos que oferecia o governo através dos decretos de janeiro de 1890.

A contratação do empresário Bernardo Mascarenhas<sup>9</sup> para negociar a importação e cuidar da instalação e manutenção dos equipamentos de produção, além de também projetar a estrutura do prédio da fábrica, foi uma tomada de decisão muito importante nesse contexto. Tal empresário foi contratado em 25 de fevereiro de 1891 para essa missão. No livro Caixa da São Joannense, encontra-se na data de 30 de maio de 1891 o primeiro pagamento que a empresa efetivou para Mascarenhas nos seguintes termos:

Pago pelo Banco Popular de Minas, por intermédio de sua agência, ao Escritorio Commercial Credito Mineiro por conta de Bernardo Mascarenhas valor da primeira prestação do Contracto com esse firmado em 25 de fevereiro pelo qual obrigou-se a fornecer os machinismos para a tecelagem constando de 40 teares, motor e transmissão para 60 ditos; os machinismos completos para preparação , planta do edifício t(udo) pelo preço da factura, percebendo como remuneração do seu trabalho a quantia de 10:000\$000 (LIVRO CAIXA COMPANHIA INDUSTRIAL SÃO JOANNENSE, 30/05/1891).

Bernardo Mascarenhas já possuía muita experiência e relacionamentos efetivos no ramo de importação de maquinaria, instalação e manutenção das mesmas, e é interessante observar que além dos serviços prestados por esse empresário, a fábrica também contratou técnicos ingleses em 20 de novembro de 1891 que instruíram e repassaram conhecimentos aos colaboradores da fábrica.

Efetuuou-se nesta data, o primeiro pagamento de uma libra esterlina diária, com exceção dos domingos, ao tecelão inglês George Edward Tates, contratado em Manchester para montar máquinas e instruir mestre de tecelagem por vários anos, pois ainda em 1898 há registro de pagamento a ele feito. Foi temporariamente substituído por David Waltinger, nos anos 1896 a 1897 (CINTRA, 1994 p. 28).

Após análise de tais fatores pode-se perceber que uma constituição de sociedade anônima bem articulada, integralização de capital dentro do prazo estipulado, compra de maquinário importado e supervisionado por agentes competentes e estrutura própria com possibilidade de facilidade no escoamento de produção fizeram com que a Companhia Industrial São Joannense ultrapassasse o período de crise da conjuntura do Encilhamento de forma produtiva e eficaz.

O tópico presente abordou como um banco, criado no auge da conjuntura do Encilhamento, apesar de não ser bem sucedido devido a operações de muito risco no período e ter atingido um curto período de

<sup>9</sup> Bernardo Mascarenhas possuía uma vasta experiência no setor têxtil e foi um dos fundadores da primeira sociedade anônima têxtil em Minas Gerais, a Companhia Cedro que fundada em 1872 por ele e seus dois irmãos também se encontra em atividade até os dias atuais. Além disso, em 1888 construiu uma fábrica de grande porte na cidade de Juiz de Fora com o seu nome, revolucionando a indústria têxtil no Brasil com a criação e instalação da primeira usina hidrelétrica da América Latina na cidade de Juiz de Fora. O edifício da fábrica idealizado por Mascarenhas era quase uma réplica de sua fábrica em Juiz de Fora, e era um projeto do engenheiro e arquiteto Louis Sue.

operações, foi responsável por um ramo industrial têxtil de grande amplitude e que é referência até nos dias atuais.

Minas Gerais nesse contexto mostrou uma peculiaridade em sua forma de constituir sociedades anônimas e ao mesmo tempo fortalecer uma relação entre agentes econômicos vinculados em distintos empreendimentos como bancos, indústrias e projetos de infraestrutura.

## 5. Conclusões

No decorrer da pesquisa presente foi analisado como os bancos criados na conjuntura do Encilhamento em Minas Gerais (1889-1892) se relacionaram com as indústrias e ramos de infraestrutura criados naquele momento por intermédio da rede bancária.

As políticas econômicas expansionistas implantadas pelo governo Imperial sob comando do Visconde de Ouro Preto e em seguida na República por Rui Barbosa viveram um período de euforia, no qual o setor financeiro, industrial e infraestrutural aumentaram suas atividades expressivamente, porém, após março de 1891 começaram a declinar, levando grande parte do sistema financeiro a ser drenado pela voragem do Encilhamento.

Tal voragem se deu uma vez que diante de tantos empreendimentos vultuosos e a expectativa de ganho cada vez maior, os bancos estabelecidos em Minas Gerais, em sua maioria absoluta, perderam o controle e faltou a eles uma análise mais apurada do risco de seus investimentos.

Mas é importante perceber que apesar da falência e uma longevidade de curto prazo de vários bancos emissores em Minas Gerais, tais bancos foram responsáveis por idealizações e incorporações de investimentos produtivos que até hoje exercem suas atividades, como no caso da Indústria São Joannense, um objeto central de nosso estudo.

No primeiro tópico desse artigo, foi demonstrado um debate sobre estudiosos que discutem se a conjuntura do Encilhamento foi benéfica ou nada importou no desenvolvimento da indústria brasileira. A pesquisa presente então mostrou que a relação entre bancos de emissão e indústrias incipientes na conjuntura do Encilhamento podem ser analisadas pelos dois ângulos.

A análise feita por Albert Fishlow, quando ele diz que “(...) das 198 fábricas em operação do ano de 1912, 33 foram fundadas no período de 1890-1894 (...) Estas 33 firmas excedem, em número, as que sobreviveram da década posterior” se encaixa perfeitamente no caso da Indústria têxtil São Joannense, ou seja, por essa ótica podemos concluir uma concepção positiva da conjuntura do Encilhamento para a indústria.

Por outro lado a análise de John Schulz colocando que os capitais de risco desses novos bancos não fluíram para indústrias e sim para mercados financeiros especulativos ou empresas fictícias faz sentido em alguma parte. Pode-se concluir que uma parte desses capitais foram sim destinados a indústrias, porém não se pode negar que grande parte desses capitais foram investidos em sociedades anônimas fictícias gerando o *crack* do setor bancário em Minas Gerais depois de 1892. Esse foi o caso do nosso outro objeto de pesquisa, o Banco Popular de Minas.

Maria Teresa de Oliveira destaca em sua obra, “Encilhamento: Controvérsia e efeitos sobre a indústria têxtil mineira” que as constituições de sociedades anônimas mineiras no setor têxtil tinham uma peculiaridade, que eram os acionistas serem em grande maioria parentes ou pessoas com afinidades em uma mesma região.

Tal abordagem de Oliveira se encaixa perfeitamente na conclusão desse trabalho, pois percebeu-se que a grande maioria dos acionistas do Banco Popular de Minas eram acionistas também da Indústria São Joannense, entrelaçados pelos vínculos abordados por Oliveira. E tal conclusão vai além, pois na pesquisa presente ficou demonstrado que os acionistas principais dos bancos do período estavam envolvidos nas mesmas incorporações e idealizações de setores industriais e de infraestrutura.

A conclusão final desse trabalho mostrou que a conjuntura do Encilhamento de uma forma foi benéfica para a indústria têxtil de Minas Gerais no campo industrial, com a inauguração da Indústria Têxtil São Joannense, que exerce suas atividades até os dias atuais gerando emprego e renda na região e sendo uma das referências no ramo na indústria nacional, porém, maléfica no setor bancário que com as operações fictícias e a voragem por lucros fáceis baseados somente no papel desintegrou em quase sua totalidade os bancos criados nesse período.

Fica claro então que a relação do Banco Popular de Minas com a Indústria Têxtil São Joannense mostrou que a conjuntura do Encilhamento em Minas Gerais foi atuante, mostrando que Minas Gerais percorreu todas as diretrizes das políticas econômicas expansionistas elaboradas no governo imperial pelo Visconde de Ouro Preto e do governo republicano pelo ministro da Fazenda Rui Barbosa.

## 6. Bibliografia e Fontes

### 6.1 Fontes Primárias:

#### Documentos:

**Anuais da Câmara dos Deputados de Minas Gerais de 1913**, sob guarda do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte - M.G.

**Decreto do Auxílio à Lavoura** – Imprensa Nacional, 1889.

**Livro Diário de Caixa** Companhia Industrial São Joannense, 1891.

#### Jornais:

**A Gazeta de Notícias**, sob custódia da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

**A Pátria Mineira**, sob custódia do IPHAN de São João del-Rei.

**Jornal do Commercio**, sob custódia da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

**Leopoldinense**, sob custódia do Centro de Documentação Histórica (C.D.H.) - Instituto Francisca de Souza Peixoto, em Cataguases.

**Minas Livre**, sob custódia do Arquivo do Centro de Memória da Biblioteca Murilo Mendes - Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

**O Brasil**, sob custódia da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

**O Estado de Minas Geraes**, sob custódia da Hemeroteca da Biblioteca Municipal de Belo Horizonte.

**O Pharol**, sob custódia do Arquivo do Centro de Memória da Biblioteca Murilo Mendes - Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

### 6.2 Fontes Secundárias:

BASTOS, C. A. **Instituições Financeiras de Minas (1819-1955)**. Embalart Editora Gráfica Ltda. Belo Horizonte, 1997.

CAMPOS, Bruno N. **Tropas de Aço abastecimento, comércio e estradas de ferro no Sul de Minas (1875-1902)**. Jundiá, Paco Editorial: 2015.

CINTRA, Sebastião O. **Galeria das Personalidades Notáveis de S. João del-Rei**. FAPEC: São João del-Rei, 1976.

CREDIREAL, 101 ANOS. Agosto/1990. Edição Comemorativa.

CROCE, **O Encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura (1888-1898)**. FUNALFA edições, 2008.

CROCE, Marcus A. **Crises Financeiras na Primeira Década Republicana e os Bancos em Minas Gerais (1889-1903)**. CEDEPLAR/UFMG (Tese de Doutorado). Belo Horizonte, 2013.

DIAS, José C. **Companhia industrial São Joanense**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei. Volume IX, 2000.

FISHLOW, Albert. **Origens e consequências da substituição de importação no Brasil** in: Formação Econômica do Brasil, a experiência da Industrialização. São Paulo. Saraiva, 1977.

HABER, Stephen. **Financial Markets and Industrial Development: A Comparative Study of Governmental Regulation, Financial Innovation, and Industrial Structure in Brazil and Mexico, 1840-1930**, in Haber, S. (Ed.) *How Latin America Fell Behind: Essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914*. Stanford-California, Stanford University Press, 1997: 146-178.

LEVY, M. B.. **A Indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

LOBO, Eulália. M. L.. **O Encilhamento**. Revista Brasileira de Mercado de Capitais, número 2(5), mai/ago, 1976.

MELLO, José. W. T. M. **Santanense: revolução filosófica e industrial em Sanct'Anna do São João Acima**. Belo Horizonte: Ramos Editorial, 1991.

OLIVEIRA, Maria. T. R. **Indústria Têxtil Mineira do Século XIX** (artigo) in: História Econômica da 1ª República. Sérgio Silva, Tamás Szmercsányi (org.). Editora Hucitec - FAPESP - ABPHE. São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, Maria. T. R. **ENCILHAMENTO: Controvérsia e efeitos sobre a indústria têxtil mineira**. Revista História Econômica & História de Empresas. ABPHE. São Paulo, volume 1, 1998.

SAES A. M.; COSENTINO D.; M. P. SILVA; T. F. R. GAMBI. **Sul de Minas em transição: ferrovias, bancos e indústrias na constituição do capitalismo na passagem do século XIX para o século XX**. Anais do XIV Seminário de Economia Mineira, 2010.

SCHULZ, J. **A Crise Financeira da Abolição: 1875-1901**. 2ª edição, São Paulo: Edusp, 2013

SOUZA, John. R. O. **Banco de Crédito Real de Minas Gerais**, Typographia Leuzinger. Rio de Janeiro, 1925.

STEIN, Stanley. **Origens e evolução da Indústria Têxtil no Brasil. 1850/1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SUZIGAN, Wilson. **INDÚSTRIA BRASILEIRA: Origem e Desenvolvimento**. Ed. Hucitec-funcamp. São Paulo. Nova edição, 2000.

VAZ, Alisson M. **Cia. Cedro e Cachoeira: história de uma empresa familiar. 1883 -1987**. Belo Horizonte: Gráfica Formato Editora Ltda. 1990.

VERSIANI F. R. & VERSIANI M. T. **A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição**. in: VERSIANI F. R. & BARROS, J. R. M. de. Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização. São Paulo, Saraiva, 1977.